CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 22.379/17/3ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000543619-05
Impugnação: 40.010141628-90
Impugnante: Marcelo Toledo Jacob
CPF: 511.018.316-34
Coobrigado: Banco do Brasil S/A.
CNPJ: 00.000000/0001-91
Proc. S. Passivo: Adair Antônio de Souza
Origem: DF/Governador Valadares

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO - PESSOA FÍSICA. Comprovada nos autos a falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA devido, em virtude da constatação de que o proprietário do veículo tem residência habitual neste Estado e, nesta condição, deveria ter licenciado e registrado o veículo em Minas, nos termos dos art. 1º da Lei n.º 14.937/03 c/c o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Entretanto, tendo em vista a divulgação anual pelo Estado de Minas Gerais, de tabela na qual constam os valores de base de cálculo do IPVA, deve este valor ser adotado para exigência do imposto, pois caso o veículo estivesse cadastrado em Minas Gerais desde a sua aquisição, seria este o valor adotado para cobrança do imposto. Corretas as exigências remanescentes de IPVA e Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei n.º 14.937/03.

Lançamento parcialmente procedente. Decisão por maioria de votos.

RELATÓRIO

Da Autuação

Versa o presente lançamento acerca da imputação fiscal de falta de recolhimento do IPVA relativo à propriedade do veículo placa MRY-6282, referente aos exercícios de 2012 a 2015, em virtude do registro e licenciamento do veículo ter sido feito indevidamente em outra Unidade da Federação.

Exigências de IPVA e da Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei n.º 14.937/03.

Da Impugnação

Inconformado, o Autuado apresenta, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 39/55, em síntese, aos argumentos seguintes:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- o Impugnante, empresário no ramo de extração, beneficiamento e exportação de granitos, é sócio e administrador de várias empresas no estado do Espírito Santo, mais precisamente, nos municípios de Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Vila Pavão e Nova Venécia;

- além disso, exerce ainda atividade na área rural, sendo proprietário de diversas fazendas sediadas no Espírito Santo, conforme Escrituras de Compra e Venda;

- nas alterações contratuais da empresa Toledo Granitos Ltda., da qual é sócio administrador, datadas de 1º de fevereiro de 2013 e 21 de outubro de 2015, está registrado sua residência e domicílio em Barra de São Francisco/Espírito Santo;

- sua Carteira Nacional de Habilitação foi expedida em 09 de dezembro de 2010 pelo DETRAN do estado do Espírito Santo;

- objetivando solucionar definitivamente esta questão, anexa cópia do Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica com a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. em 11 de agosto de 2011, objetivando o fornecimento de energia elétrica em sua propriedade rural situada no Córrego da Penha, município de Barra de São Francisco, bem algumas notas fiscais referente ao fornecimento de energia elétrica para referida propriedade rural, onde se verifica a indicação da Caixa Postal 43 na Agência dos Correios em Barra de São Francisco, como local para envio das faturas, bem como notas fiscais de aquisição de mercadorias diversas, onde se pode observar constar o endereço em Barra de São Francisco/Espírito Santo;

- adquiriu, regularizou e realizou todos os trâmites procedimentais para licenciamento do veículo no Espírito Santo, estado em que, também, possui residência e domicílio;

- como se pode notar da documentação juntada, sua permanência no Espírito Santo, não se trata de uma passagem de veraneio, como ocorre em diversos casos, mas sim, de seu domicílio, tendo em vista que, para administrar seu patrimônio, passa mais de 90% (noventa) por cento de seu tempo naquele estado;

- no entanto, em que pese sua situação regular no Espírito Santo, o Fisco mineiro procura imputar-lhe conduta *contra legem*, afirmando ser o mesmo residente em Mantena/Minas Gerais (também, como se não houvesse a possibilidade de um indivíduo ter vários domicílios, ou até mesmo ter investimentos e atividades laborativas em outras cidades), devendo o imposto incidente sobre a propriedade de veículos automotores de via terrestre ser recolhido ao sujeito ativo supostamente correto;

- nossos Tribunais Superiores, em inúmeros julgados, entenderam não ser lícito forçar o pagamento para depois o contribuinte proporcionar a discussão de sua exigibilidade com o outro sujeito ativo considerado adequado para exigência do IPVA, no caso o Espírito Santo, sob pena de se estar ferindo princípio constitucional;

- cita o art. 115 da Constituição Federal de 1988 para afirmar que o aspecto material do IPVA é a propriedade de veículos automotores de via terrestre registrados e licenciados em todo o território nacional;

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- cita a Lei Estadual n.º 14.937/03 e o art. 121 parágrafo único, inciso I do Código Tributário Nacional, afirmando que o contribuinte do IPVA é aquele que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

- no caso, tem especial importância o aspecto espacial, ou seja, o lugar em que, no caso concreto, ocorre o fato tributável, surgindo então, como consequência jurídica, a obrigação de se pagar o tributo;

- integram, ainda, a consequência da norma tributária, o aspecto pessoal, as condições de tempo e de lugar e o modo de cumprir a prestação;

- o parágrafo único do art. 10 da Lei n.º 14.937/03, é objetivo ao elucidar o aspecto territorial da hipótese de incidência do IPVA;

- evidentemente, o sujeito ativo da relação tributária, tratando-se de um crédito estadual, é a unidade da federação onde o proprietário seja domiciliado;

- e não se trata de qualquer domicílio, mas sim o domicílio fiscal do sujeito passivo. No presente caso, a legislação de regência a define sem maiores dúvidas no art. 28 do Decreto n.º 3.000/99;

- todas as provas anexadas são contundentes para identificar o domicílio fiscal do Impugnante no Espírito Santo, justificando a aquisição de automóveis e recolhimento do imposto no referido Estado;

- até porque, há de se admitir que, o domicílio fiscal pode ser múltiplo, sendo possível que o sujeito passivo da relação tributária possua domicílios em diversos municípios, inclusive para efeito fiscal, cível etc. Nem mesmo o domicílio eleitoral requer tamanha fixação como quer o estado de Minas Gerais em relação ao domicílio fiscal, imperando, por vezes, a regra do ânimo político;

- verifica-se, portanto, que o estado de Minas Gerais, com pretensões meramente arrecadatórias, formaliza lançamento contra o contribuinte, parte mais fraca da relação, em vã tentativa de combater guerras fiscais;

- no entanto, o desconforto do estado de Minas Gerais contra supostas alíquotas mais atraentes do IPVA propostas por outros estados, deverá ser combatida mediante os meios legais mais adequados e em face dos referidos estados da federação;

- sabendo o estado de Minas Gerais que o Impugnante recolheu o IPVA ao estado do Espírito Santo, e se considerando o correto sujeito ativo para a exigência do tributo, a medida jurídica adequada e mais justa seria a propositura de ação contra o Espírito Santo para constituir o seu direito;

- discorre sobre domicílio tributário citando o art. 127 do Código Tributário Nacional e o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro para afirmar que a lei federal é clara em determinar onde deve ser registrado o veículo;

- lei estadual não pode determinar qualquer critério espacial para recolher o IPVA, pois deve ser correlacionado com o fato gerador, nem mesmo pode correlacionar o domicílio fiscal relativo ao IPVA ao domicílio fiscal do imposto de renda, ou domicílio eleitoral, pois possuem perspectivas diversas;

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- o feito fiscal trata-se de exagerado exercício fiscalizatório, ferindo a liberdade assegurada pelo art. 5º da Carta Magna, que lhe confere o direito de escolhas probabilísticas mais favoráveis, desde que não proibido por lei;

- admissível a multiplicidade de domicílios pelo ordenamento jurídico, não se pode vislumbrar a falsidade na declaração do Impugnante para obrigá-lo ao recolhimento do tributo em unidade federativa diversa;

- em caso de pluralidade de domicílios, a ubiquação habitual das atividades profissionais e domiciliares, podendo qualquer local atrair a incidência do IPVA;

- a prova documental trazida aos autos é robustamente capaz de ilidir qualquer dúvida quanto ao seu domicílio no estado do Espírito Santo;

- não se vislumbra, nessa conduta, qualquer indício de tentativa de elisão fiscal; ao contrário, os dispositivos analisados convencem de que a opção pelo registro do veículo e recolhimento do imposto no estado do Espírito Santo se deu regularmente;

- quem deve indicar o domicílio é o contribuinte e não o Fisco;

- cita decisões do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo e do Tribunal de Justiça do estado de Minas Gerais.

Ao final, pede a nulidade e insubsistência do lançamento.

Da Manifestação Fiscal

O Fisco se manifesta às fls. 97/99, contrariamente ao alegado na peça de defesa, resumidamente, aos fundamentos que seguem:

- o art. 127 do Código Tributário Nacional estabelece, em seu inciso I, as regras para a determinação do domicílio das pessoas naturais;

- no caso em questão, não existe dúvida de que a residência habitual do Impugnante é o n.º 411 da Rua Sete de Setembro, em Mantena, conforme comprovam a consulta à base de dados da Receita Federal; os avisos de recebimento emitidos pelos Correios, acusando sucesso na entrega de correspondências no endereço supracitado e a consulta ao cadastro de clientes das empresas fornecedoras de energia elétrica e de serviços de telecomunicação;

- o Impugnante, por outro lado, apresenta, para comprovar sua residência no Espírito Santo, apenas as contas de energia elétrica tendo como endereço de consumo o Córrego da Penha, s/n, situado em Barra de São Francisco, no Espírito Santo. Tais documentos apenas indicam que a propriedade rural pertence ao Autuado, não servindo para comprovar a presença do mesmo naquele imóvel no período ao qual se refere a presente Notificação de Lançamento;

- uma vez que não há dúvidas quanto ao fato de a residência habitual do Impugnante ser o município de Mantena, o art. 127 do Código Tributário Nacional descarta a possibilidade de se considerar o centro habitual das atividades como seu domicílio tributário.

Ao final, pede seja julgado procedente o lançamento.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Em sessão realizada em 28 de março de 2017, o processo foi retirado de processo de pauta, marcando-se extrapauta para o dia 29 de março de 2017.

DECISÃO

Compete à Câmara a análise do lançamento consubstanciado na Notificação de Lançamento n.º 01.000543619-05 lavrada por ter a Fiscalização constatado que o Impugnante, residente e domiciliado em Minas Gerais, proprietário do veículo de placa MRY-6282, deixou de recolher o IPVA para Minas Gerais, referente aos exercícios de 2012 a 2015, em virtude do registro e licenciamento ter sido feito indevidamente em outro estado.

Exige-se o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, a Multa de Revalidação prevista no art. 12, § 1º da Lei n.º 14.937/03.

A Fiscalização chegou a tal conclusão a partir do cruzamento de informações constantes dos bancos de dados da SEF/MG, Detran/MG e Receita Federal do Brasil, quando constatou que o veículo de propriedade do ora Impugnante se encontrava registrado no Detran/ES e que este constava como residente e domiciliado em Minas Gerais.

Pelo Auto de Início de Ação Fiscal de fl. 10, com intimação por via postal (AR de fl. 11), o Impugnante foi intimado a apresentar o comprovante de pagamento do IPVA ao estado de Minas Gerais.

Antes de se adentrar no exame das provas constantes dos autos, torna-se imperioso analisar a legislação que rege a matéria, para uma melhor compreensão da questão examinada.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 155, inciso III, conferiu aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

A partir desta competência lhes outorgada, cada Estado editou sua própria lei para cobrança do IPVA, variando as alíquotas de acordo com a legislação de cada Unidade da Federação.

Em virtude da multiplicidade de legislações e critérios por estas determinadas, muitos veículos são registrados em estados nos quais a alíquota é menor, não obstante seus proprietários residirem em Minas Gerais.

Essa prática implica perda de arrecadação para o Estado e Município.

No caso do estado de Minas Gerais, foi editada a Lei n.º 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que, ao estabelecer sobre o pagamento do IPVA, disciplinou:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

.....
Art. 4º Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

.....
Art. 10. As alíquotas do IPVA são de:

I 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

.....
Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja, estabeleceu que o IPVA será devido ao estado de Minas Gerais, quando o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no estado.

Cabe, todavia, indagar, quais as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento neste estado.

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, aprovado pela Lei n.º 9.503/97, no seu art. 120, dispõe:

Do Registro de Veículos

Art. 120 - Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque deve ser registrado perante o Órgão executivo de trânsito do Estado ou do DF, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei.

Extrai-se do dispositivo legal retromencionado, que o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo.

Não bastasse o citado art. 120, encontra-se ainda no Código de Trânsito Brasileiro - CTB os seguintes dispositivos aplicáveis ao caso em tela:

Art. 121. Registrado o veículo, expedir-se-á o Certificado de Registro de Veículo - CRV de acordo com os modelos e especificações estabelecidos pelo CONTRAN, contendo as características e condições de invulnerabilidade à falsificação e à adulteração.

.....
DO LICENCIAMENTO

Art. 130. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, para

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo.

Salienta-se, que não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002 (CC/02), dada a regra da especialidade.

A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do Código Tributário Nacional, posto que a matéria ora discutida é de natureza tributária.

Examine-se, pois, as disposições do art. 127 do Código Tributário Nacional, retrocitado:

Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

.....

O Professor Renato Bernardi, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de ser pago onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28 de maio de 2006), leciona:

Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na *ratio legis* da norma é aquela que indica que ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

E continua:

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário.

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA é o previsto no artigo supramencionado, que determina que as pessoas naturais registrem seus veículos na Unidade da Federação onde residam com habitualidade ou onde esteja o centro habitual de sua atividade.

Essa assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de domicílio do Impugnante, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso II do Código Tributário Nacional, já mencionado, ou, sendo impossível determinar este, o local onde esteja o centro habitual de sua atividade.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Passa-se, então, a análise dos documentos juntados aos autos, para a aferição do domicílio tributário do Defendente.

O Fisco apresentou os documentos de fls. 15/18 para sustentar a Notificação de Lançamento.

Dentre os documentos juntados pelo Fisco verifica-se que a consulta à base de dados do CPF - Cadastro de Pessoa Física (fl. 18) informa que o Impugnante tem domicílio tributário para efeito de Imposto de Renda em Mantena – Minas Gerais.

Além disto, verifica-se que o Impugnante também possui empresas no estado de Minas Gerais, nos municípios de Novo Oriente e Mendes Pimentel (fls. 23/26).

Também se encontra nos autos consulta a TeleListas.net (fl. 29) a qual informa o contato do ora Impugnante em Mantena – Minas Gerais.

Verifica-se, também, à fls. 11, 14 e 35, avisos de recebimento emitidos pelos Correios, acusando sucesso na entrega de correspondências no endereço do Impugnante em Mantena/Minas Gerais.

Note-se que o documento de fl. 35 foi recebido pelo próprio Impugnante no dia 10 de outubro de 2016, uma segunda-feira, em horário comercial.

Acrescente-se que à fl. 34 consta consulta ao cadastro de clientes das empresas fornecedoras de energia elétrica e de serviços de telecomunicação, a qual contém todos os registros de números de telefones e de endereços de entrega de energia elétrica em nome do Impugnante. Note-se que todos os endereços listados situam-se em municípios mineiros.

Por sua vez, apesar de alegar que possui empresas no estado do Espírito Santo, o Impugnante não trouxe qualquer documento que comprovasse sua residência naquele estado.

O Impugnante apresenta, para comprovar sua residência no Espírito Santo, apenas as contas de energia elétrica visualizadas de fls. 82 e 86, emitidas em seu nome tendo como endereço de consumo o Córrego da Penha, s/n, situado em Barra de São Francisco, no Espírito Santo. Tais documentos apenas indicam que a propriedade rural pertence ao Impugnante, não se prestando para comprovar inequivocamente a presença do mesmo naquele imóvel no período ao qual se refere a presente Notificação de Lançamento.

Verificasse que a condição de centro habitual de atividades para fins de determinação do domicílio é supletiva, ou seja, quando não é possível determinar a residência, deve-se, então, procurar o atendimento à regra do centro habitual de atividades.

Assim, a análise do conjunto de elementos probantes trazidos aos autos conduz à conclusão de que o Impugnante tem como residência habitual a cidade de Mantena em Minas Gerais.

Tal circunstância habilita o estado de Minas Gerais a cobrar o IPVA devido em relação ao veículo objeto do lançamento em análise, pois o veículo deverá ser

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

registrado e licenciado, no caso de pessoa física, no município de residência de seu proprietário.

A determinação da residência habitual, fato absoluto na definição do local de registro e licenciamento do veículo automotor, regrado na legislação de trânsito, pelo conjunto de provas acostadas aos autos reforça a fundamentação legal da presente peça fiscal, e torna evidente a residência da Impugnante em Minas Gerais.

O fato de o Impugnante não ter registrado o veículo no estado de Minas Gerais, não lhe afasta a competência tributária, ou seja, a falta de registro do veículo em Minas Gerais não é suficiente para revogar a competência tributária que está sendo exercida no presente lançamento.

Todos esses fatos evidenciam a falta de pagamento do IPVA e, sendo assim, correto o Fisco em exigir o tributo incidente, bem como aplicar a penalidade prevista no art. 12, §1º da Lei n.º 14.937/03, *in verbis*:

Art. 12. O não-pagamento do IPVA nos prazos estabelecidos na legislação sujeita o contribuinte ao pagamento de multa calculada sobre o valor atualizado do imposto ou de parcelas deste, conforme disposto nos incisos abaixo, bem como de juros de mora:

§ 1º Havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as seguintes reduções:

I - a 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, quando o pagamento ocorrer no prazo de trinta dias contados do recebimento do auto de infração;

II - a 60% (sessenta por cento) do valor da multa, quando o pagamento ocorrer após o prazo previsto no inciso I e antes de sua inscrição em dívida ativa.

Apesar de não ter havido contestação direta do Impugnante em relação aos valores de base de cálculo, merece um reparo este ponto do trabalho.

Em relação à formação da base de cálculo para efeito de exigência do IPVA, assim dispõem os arts. 7º e 9º da Lei n.º 14.937/03, *in verbis*:

Art. 7º A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo.

§ 1º Tratando-se de veículo novo, a base de cálculo é o valor constante no documento fiscal referente à transmissão da propriedade ao consumidor.

.....
I - em relação a veículo rodoviário ou ferroviário, o valor divulgado pela Secretaria de Estado de Fazenda, com base nos preços médios praticados no mercado, pesquisados em publicações

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

especializadas e, subsidiariamente, na rede revendedora, observando-se espécie, marca, modelo, potência, capacidade máxima de tração e carga, ano de fabricação e tipo de combustível utilizado;

.....
Art. 9º A Secretaria de Estado de Fazenda fará publicar tabelas que informem os valores da base de cálculo e do IPVA referentes aos veículos de que trata o inciso I do § 2º do art. 7º.

A redação do art. 7º acima transcrita tem efeitos desde 30 de dezembro de 2005, tendo sido introduzida na Lei n.º 14.937/03 pelo art. 1º da Lei n.º 15.957, de 29 de dezembro de 2005. Portanto, abrange todo o período objeto de autuação.

Como pode ser visto, pela legislação estadual, para pagamento do IPVA a base de cálculo e o preço médio praticado no mercado, no final do exercício anterior ao da cobrança, são divulgados pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEF/MG, a partir de pesquisas em publicações especializadas e, subsidiariamente, na rede revendedora.

O Fisco utilizou, no presente trabalho, as tabelas publicadas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE anexadas às fls. 19/22, referentes aos exercícios de 2012 a 2015 não se valendo dos valores constantes das tabelas publicadas pela SEF/MG.

Vale destacar as normas nas quais constam as tabelas publicadas pela SEF/MG para cada exercício objeto de autuação para o veículo objeto da autuação (Caminhão M. Benz/710) que é o descrito pelo Fisco em seu Relatório Fiscal (fl. 07), a saber:

Exercício	Resolução
2012	Resolução n.º 4.376/11 - Dispõe sobre o pagamento do IPVA Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) referente ao exercício de 2012.
2013	Resolução n.º 4.504/12 - Dispõe sobre o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) referente ao exercício de 2013.
2014	Resolução n.º 4.617/13 - Dispõe sobre o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) referente ao exercício de 2014
2015	Resolução n.º 4.726, de 1º de dezembro de 2014 - Dispõe sobre o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) referente ao exercício de 2015.

Assim, o valor da base de cálculo para o caso dos autos deve ser o descrito nas normas publicadas pela própria Secretaria de Estado de Fazenda - SEF/MG, quando inferior ao utilizado no presente lançamento.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Esta reformulação da base de cálculo tem o respectivo impacto na exigência da multa de revalidação.

Por fim, acresça-se que matéria semelhante em relação ao mesmo sujeito passivo já foi apreciada pela Câmara Especial deste Conselho de Contribuintes tendo o feito fiscal sido mantido, conforme se extrai da ementa abaixo transcrita:

ACÓRDÃO: 4.748/17/CE

RITO: SUMÁRIO

PTA/AI: 01.000465202-93

RECURSO DE REVISÃO: 40.060142351-23

RECORRENTE: 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RECORRIDA: MARCELO TOLEDO JACOB

PROC. S. PASSIVO: ADAIR ANTÔNIO DE SOUZA

ORIGEM: DF/GOVERNADOR VALADARES

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO - PESSOA FÍSICA. IMPUTAÇÃO FISCAL DE FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA), EM RAZÃO DO REGISTRO E LICENCIAMENTO DO VEÍCULO EM OUTRO ESTADO. EXIGÊNCIAS DE IPVA E MULTA DE REVALIDAÇÃO CAPITULADA NO ART. 12, § 1º DA LEI Nº 14.937/03. INFRAÇÃO CARACTERIZADA, UMA VEZ COMPROVADA NOS AUTOS A RESIDÊNCIA HABITUAL DO AUTUADO NESTE ESTADO. RESTABELECIDAS AS EXIGÊNCIAS.

RECURSO DE REVISÃO CONHECIDO À UNANIMIDADE E PROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS.

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CC/MG, por maioria de votos, em julgar parcialmente procedente o lançamento, para adequar a base de cálculo do lançamento aos valores utilizados pela SEF/MG para os respectivos exercícios, quando estes forem menores que os utilizados no Auto de Infração. Vencido, em parte, o Conselheiro Eduardo de Souza Assis (Relator), que o julgava procedente. Designada relatora a Conselheira Luciana Mundim de Mattos Paixão (Revisora). Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Luiz Geraldo de Oliveira e Cinara Lucchesi Vasconcelos Campos.

Sala das Sessões, 29 de março de 2017.

Eduardo de Souza Assis
Presidente

Luciana Mundim de Mattos Paixão
Relatora designada

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 22.379/17/3ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000543619-05
Impugnação: 40.010141628-90
Impugnante: Marcelo Toledo Jacob
CPF: 511.018.316-34
Coobrigado: Banco do Brasil S/A.
CNPJ: 00.000000/0001-91
Proc. S. Passivo: Adair Antônio de Souza
Origem: DF/Governador Valadares

Voto proferido pelo Conselheiro Eduardo de Souza Assis, nos termos do art. 53 do Regimento Interno do CC/MG.

A divergência entre o voto vencido e a decisão proferida no acórdão em referência decorre dos fundamentos a seguir expostos.

A decisão majoritária definiu com base no disposto no inciso I do § 1º do art. 7º da Lei nº 14.937/03 que o lançamento fiscal carecia de reparo, uma vez que, *para pagamento do IPVA a base de cálculo e o preço médio praticado no mercado, no final do exercício anterior ao da cobrança, são divulgados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/MG), a partir de pesquisas em publicações especializadas e, subsidiariamente, na rede revendedora.*

Assim, entendeu parcialmente procedente o lançamento para adequação dos cálculos do IPVA e da multa com base nas tabelas publicadas pela SEF/MG no final dos exercícios antecedentes à data do fato gerador do tributo.

Diferentemente da decisão, a Fiscalização tomou por base o valor de mercado no dia 1º de janeiro de cada exercício com fulcro no preço divulgado nas tabelas publicadas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), anexadas às fls. 19/22, com as quais aquiescemos.

Importante realçar a concordância de todos os votantes relativamente à procedência do lançamento no que concerne ao não pagamento do tributo para o estado de Minas Gerais, local onde reside o proprietário do veículo, de conformidade com a vasta gama de provas trazidas aos autos pela Fiscalização e pelo Impugnante na peça de defesa, onde constam nas escrituras públicas lavradas nos cartórios do estado do Espírito Santo como endereço residencial do comprador (o Autuado), a cidade de Mantena.

Verifica-se nas previsões da Lei nº 14.937/03 que a hipótese de incidência tributária e a determinação temporal do fato gerador, com os quais todos os votantes concordam, é a propriedade do veículo automotor sob questão no dia 1º de janeiro de cada exercício, a saber:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

(...)

Art. 2º O fato gerador do imposto ocorre:

(...)

II - para veículo usado, no dia 1º de janeiro de cada exercício;

Como consta da decisão majoritária, a SEF/MG faz publicar anualmente no início do mês de dezembro de cada exercício precedente à data do fato gerador do tributo, resolução com a tabela dos valores das bases de cálculo e do respectivo IPVA para cada veículo registrado no cadastro do DETRAN/MG.

Tome-se por base a Resolução nº 4.726/14, que estipulou os valores para pagamento do IPVA/2015, em especial o disposto no art. 4º, comum a todos os atos normativos envolvidos no período autuado, *in verbis*:

RESOLUÇÃO Nº 4.726, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

(MG de 02/12/2014)

Dispõe sobre o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) referente ao exercício de 2015.

(...)

Art. 4º O contribuinte, ao pedir a revisão da base de cálculo e do valor do IPVA, observará o disposto nos arts. 20 a 25 do Decreto nº 43.709, de 23 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II do § 2º do art. 20 do Decreto nº 43.709, de 2003, a cotação do veículo utilizada para o pedido de revisão deverá estar contida em publicações do mês de dezembro de 2014. (Grifou-se).

Extrai-se com facilidade da norma estadual, que os valores utilizados para a formação das tabelas são pesquisados pela SEF/MG nas transações e publicações do mercado comercial de veículos que antecedem o mês de dezembro do exercício anterior à data da incidência tributária.

Como declinado no ato estadual, no caso de discordância com os valores atribuídos para determinado veículo, caberá ao contribuinte comprovar a real cotação divulgada em publicações do mês de dezembro do exercício precedente ao da vigência das tabelas que servirão de base para o ano seguinte.

Indiscutível que a apuração estadual para a composição das referidas tabelas em muito precede ao mês de dezembro do exercício anterior ao do fato gerador. Na prática, estima-se seu início em setembro e encerramento em meados de novembro,

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

aferindo-se a média para a publicação no início de dezembro e vigência em janeiro do exercício seguinte.

Destarte, o estado admite que valores de dezembro do exercício anterior sejam utilizados para contestação/revisão dos valores que possivelmente estejam em discordância com os preços praticados no mercado.

Consta no *site* da FIPE (<http://veiculos.fipe.org.br/>), instruções sobre a estrutura por ela utilizada na formação das tabelas de preços, com as quais transigiu a Fiscalização no lançamento do crédito tributário, como segue:

Preço Médio de Veículos

1. A Tabela Fipe expressa preços médios de veículos no mercado nacional, servindo apenas como um parâmetro para negociações ou avaliações. Os preços efetivamente praticados variam em função da região, conservação, cor, acessórios ou qualquer outro fator que possa influenciar as condições de oferta e procura por um veículo específico.
2. O ano do veículo refere-se ao ano do modelo e não são considerados veículos para uso profissional ou especial.
3. Os valores são expressos em R\$ (reais) do mês/ano de referência.

Mister ressaltar, que atualmente a FIPE é uma das mais respeitadas instituições de pesquisa do mercado automotivo e os valores dos veículos que constam nas suas tabelas servem de referência para a maioria das apólices de seguro automotivo.

Constata-se que a Fiscalização resgatou a cotação do veículo autuado nas respectivas datas dos fatos geradores e sobre este valor aplicou a alíquota devida para apuração e cobrança do IPVA e da multa, no mais amplo respeito aos princípios da verdade material, razoabilidade e da capacidade contributiva.

Por certo que os valores podem divergir daqueles publicados com fundamento em atos comerciais do exercício anterior, base possível para a formação das tabelas publicadas pelo estado de Minas Gerais, carente da necessária precedência na divulgação dos informativos para os contribuintes do tributo. Entretanto, afigura-se o procedimento fiscal como o mais escorreito no entendimento deste Conselheiro. Por conseguinte, julgo procedente o lançamento.

Sala das Sessões, 29 de março de 2017.

**Eduardo de Souza Assis
Conselheiro**